

## **Norma de Referência**

**Diretrizes para metas progressivas de universalização dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário**

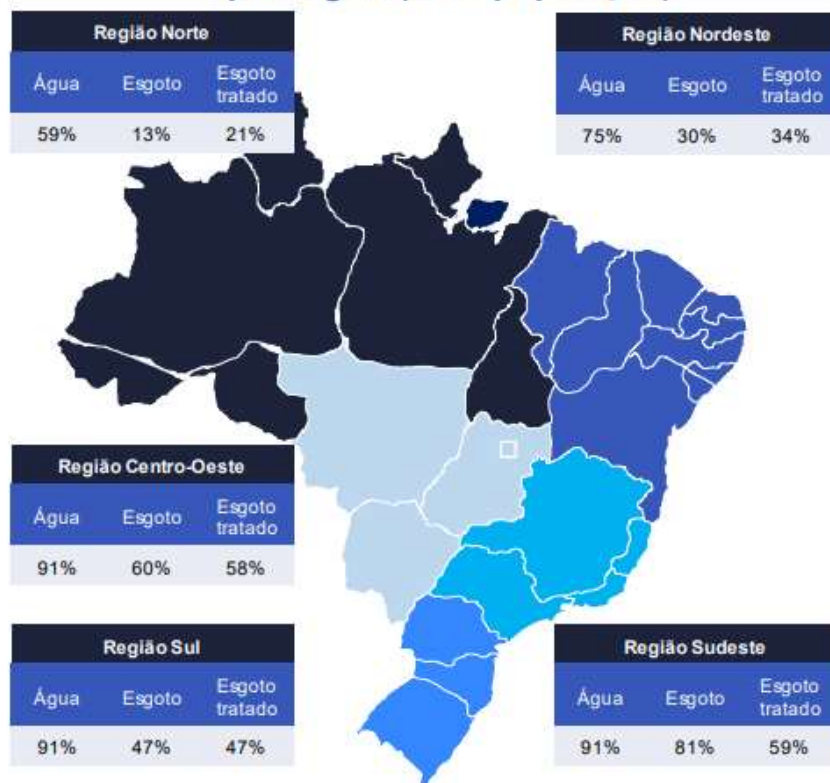
### **Seminário**

**O controle externo e o novo marco legal do saneamento básico**

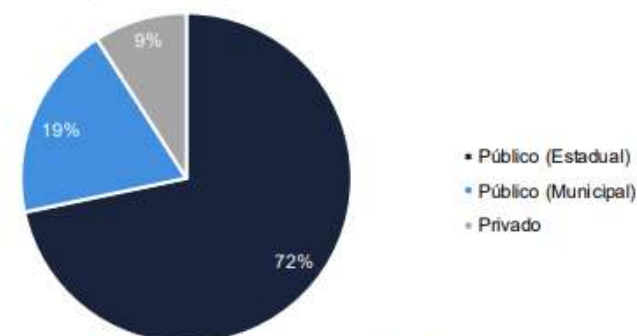


# Situação do atendimento (água e esgoto) no ano da promulgação do Novo Marco Legal do Saneamento Básico

Atendimento total de água e esgoto por região (% da população)

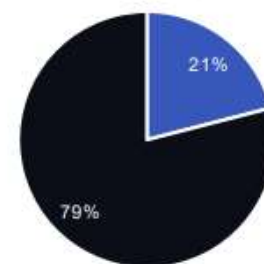


Tipos de operadores no atendimento de água e esgoto (nº de municípios)



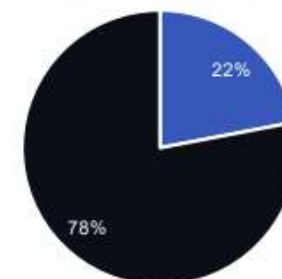
Resumo da atuação privada no saneamento

Investimentos (2016-2020)



• Privado • Público (Municipal + Estadual)

População (2020)

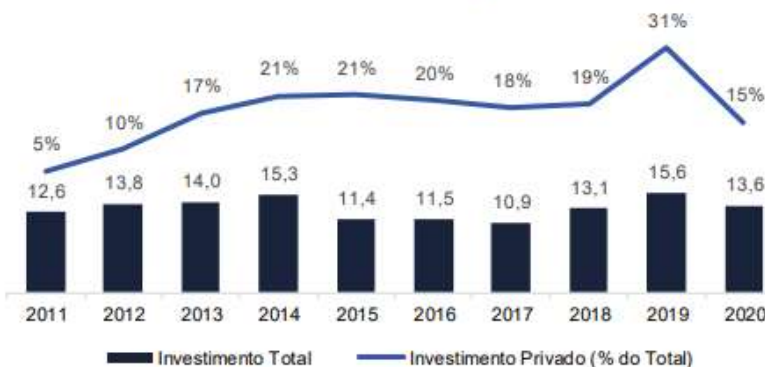


• Privado • Público (Municipal + Estadual)

Fonte SNIS (2020)

# Investimentos em abastecimento de água e coleta de esgotos

**Investimentos no setor (R\$ bilhões)**



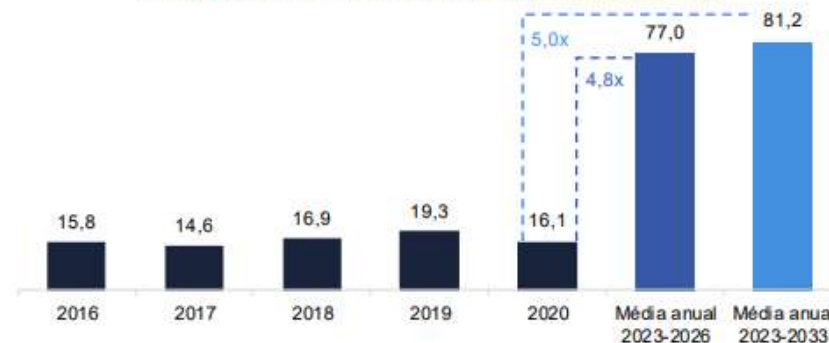
**% da população atendida no Brasil**



**Metas de universalização vs. cobertura atual (% população)**



**Necessidades de investimentos para atingimento das metas\* (R\$ bilhões)**



Fonte SNIS (2020)

Se mantidos o ritmo de investimento, a universalização do acesso aos serviços de saneamento seria alcançada apenas em 2055.

# Novo Marco Legal do Saneamento Básico (Lei nº 14.026/2020)

## Principais Inovações

- ☐ Vedação dos contratos de programa
- ☐ Incentivo à adesão mecanismos de prestação regionalizada
- ☐ Estruturação de novas instâncias regionalizadas de governança
- ☐ Garantia da sustentabilidade econômico-financeira
- ☐ Estabelecimento da obrigatoriedade da cobrança
- ☐ Definição do regulador nacional (ANA)
- ☐ Uniformização das normas e procedimentos de planejamento, da regulação e da fiscalização dos serviços de saneamento
- ☐ Incentivo às concessões e parcerias público-privadas
- ☐ Atração de investimentos privados para o setor de saneamento

## Metas de universalização

Novo Marco Legal do Saneamento

**99%** da população com acesso aos serviços de abastecimento de água

**90%** da população com acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgoto

Os **contratos de prestação dos serviços** públicos de saneamento básico deverão definir metas de universalização que garantam o atendimento destes percentuais **até 31/12/2033**

## Problema Regulatório

Complexa arcabouço jurídico normativo – 3 níveis federativos  
Complexa estrutura institucional de regulação e prestação dos serviços



Multiplicidade de entendimentos sobre a abrangência e dos critérios de aferição da universalização dos serviços de água e esgoto e para o acompanhamento das metas de universalização de 99% da população com água potável e 90% da população com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033.

## Objetivo da norma

Harmonizar o conceito e a interpretação da definição de metas para a universalização dos serviços de água e esgoto, no intuito de facilitar o acompanhamento das metas de universalização de 99% da população com água potável e 90% da população com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033 no âmbito do Brasil.

## Base Legal

**§ 1º do Art. 4º-A da Lei 9.994/2000.** *Caberá à ANA estabelecer normas de referência sobre:*

**IV - metas de universalização dos serviços públicos de saneamento básico** para concessões que considerem, entre outras condições, o nível de cobertura de serviço existente, a viabilidade econômico-financeira da expansão da prestação do serviço e o número de Municípios atendidos;

**XII - sistema de avaliação do cumprimento de metas** de ampliação e universalização da cobertura dos serviços públicos de saneamento básico;

## Procedimento de elaboração de normas pela ANA

### RESOLUÇÃO ANA Nº 102/2021



## Slide 6

---

**BAM0**

@Ernani Ciriaco De Miranda, essa é uma sugestão de slide em substituição ao anterior. Acho que este dá uma visão maior do conjunto.

Se não concordar, é só excluir este slide.

Bolivar Antunes Matos; 2022-04-29T19:35:35.900



## **Norma de referência: Diretrizes para metas progressivas de universalização**

### **Objeto, abrangência, conceitos e responsabilidades**

- ☐ Objeto: Disciplinar os requisitos e os procedimentos a serem observados por titulares e entidades reguladoras infranacionais dos serviços públicos de saneamento básico, na elaboração de atos normativos e na tomada de decisões para o atingimento das metas de universalização
- ☐ Abrangência: municípios brasileiros, considerando todo o seu território
- ☐ Definições e conceitos: conceito de universalização e glossário de termos técnicos diversos
- ☐ Responsabilidades atingidas:
  - ✓ Titular do poder concedente (municípios): editar normas, elaborar planos, definir padrões de prestação de serviços, estabelecer metas contratuais, exercer o poder de polícia (interligação de usuários);
  - ✓ Entidade Reguladora Infranacional: editar normas, fiscalizar, apurar e validar o cumprimento de metas e padrões estabelecidos nos contratos de prestação, estabelecer os processos administrativos sancionatórios, validar e aprovar soluções alternativas e individuais, inclusive os cronogramas e prazos de implementação, exercer o poder de polícia quando delegado.



## **Norma de referência: Diretrizes para metas progressivas de universalização**

### **Objeto, abrangência, conceitos e responsabilidades**

- ✓ Usuário: solicitar ao prestador dos serviços em sua localidade, no prazo estabelecido a conexão às redes públicas e atender os padrões estabelecidos para a execução da ligação predial.
- ✓ Prestador dos serviços: cumprir as obrigações estabelecidas no contrato de prestação de serviços, nos prazos estabelecidos, informando ao titular e a agência reguladora qualquer óbice ao cumprimento das metas e prazos estabelecidos, disponibilizar infraestrutura de rede até os respectivos pontos de conexão necessários, fiscalizar o cumprimento dos prazos legais estabelecidos para a conexão dos usuários às redes públicas.

### **Diretrizes e critérios para a expansão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário visando à universalização do atendimento**

- ❑ Critérios de priorização: ex. planos, programas e projetos que atendam a população de baixa renda, planos específicos para áreas rurais, **planos de regularização fundiária**, projetos compatíveis com demais planos setoriais (recursos hídricos, drenagem, RSU, gerenciamento de risco, ordenamento territorial, regularização fundiária, etc.)

## **Norma de referência: Diretrizes para metas progressivas de universalização**

### **Diretrizes para a regulação dos vários modelos de prestação de serviços**

- ☐ Novos contratos: princípio da prestação concomitante (água e esgoto)
- ☐ Tipificação dos serviços públicos de esgotamento sanitário: implantação progressiva
- ☐ Diretrizes: Soluções passíveis de contabilização nas metas progressivas de universalização (soluções intermediárias, métodos alternativos e descentralizados nas zonas urbanas e rurais)

### **Diretrizes para caracterização de uso e ocupação do território**

- ☐ Critérios para classificação dos ambientes urbano e rural

## **Norma de referência: Diretrizes para metas progressivas de universalização**

### **Diretrizes sobre soluções a serem adotadas na expansão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para a universalização**

- ☐ Critérios para a interligação à rede pública: viabilidade técnica e sustentabilidade econômico-financeira
- ☐ Diretrizes sobre soluções a serem utilizadas em ambiente urbano e rural: tipos de soluções, condições de regularidade fundiária e atendimento da população de baixa renda
- ☐ Possibilidade de ações individuais de saneamento se tornarem serviços públicos

## **Norma de referência: Diretrizes para metas progressivas de universalização**

### **Diretrizes para as metas de universalização do atendimento**

- ☐ Indicadores de atendimento: critérios para a construção de indicadores para as possíveis formas de prestação de serviço no território do município, considerando zonas rurais e urbanas e a componente do saneamento de interesse (água ou esgoto).
- ☐ métodos para monitoramento do cumprimento das metas progressivas de atendimento

### **Diretrizes para as metas progressivas e o cronograma de expansão dos serviços até 2033**

- ☐ Nível de desempenho municipal em função no índice de atendimento atual: municípios com índices de atendimento inferiores necessitam implementar cronograma de expansão mais acelerado

## **Norma de referência: Diretrizes para metas progressivas de universalização**

### **Diretrizes para o monitoramento do cumprimento das metas progressivas de universalização**

- ☐ Sistema de monitoramento: titulares e Entidades de Regulação deverão adotar um sistema de monitoramento que permita o acompanhamento anual, com critérios de alerta para o impedimento do cumprimento das metas
- ☐ Características e requisitos operacionais e metodológicos do sistema
- ☐ A solução de desenvolvimento do sistema de informações específico ou a adaptação de sistema existente, como o SNIS/SINISA, a ser adotado pelos titulares e pelas entidades reguladoras, deverá ser objeto de ato normativo ou instrutório da ANA.

### **Critérios de observância e adoção da norma**

- ☐ Entidades Reguladoras Infranacionais devem cadastrar-se e manter seu cadastro atualizado, mediante o preenchimento dos dados solicitados no módulo de cadastramento disponibilizado no site da ANA. A Entidade Reguladora Infranacional não cadastrada ou com o cadastro desatualizado não será avaliada quanto à adoção desta norma.
- ☐ Para fins de verificação do atendimento da norma, a ANA considerará os Indicadores de Atendimento e os dados de monitoramento do atingimento das Metas Progressivas de Expansão

Superintendência de Regulação de Saneamento Básico -SSB

Coordenação de Regulação de Água e Esgoto - COAES

Coordenador:

Helber Viana

[helber.viana@ana.gov.br](mailto:helber.viana@ana.gov.br)

(61) 2109-5191

Equipe:

Ana Paula de Souza

André Petry

Bolivar Antunes

Leonardo Queiroz

Lígia Araújo

Sérgio Bomfim



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS  
E SANEAMENTO BÁSICO

**Muito obrigado.**